

Projeto 37

BEIRADEIROS DA BR-101: DESENVOLVIMENTO, CONFLITOS E VULNERABILIDADE SOCIAL NO EXTREMO SUL DA BAHIA

Cód/Nome	37 -BEIRADEIROS DA BR-101: DESENVOLVIMENTO, CONFLITOS E VULNERABILIDADE SOCIAL NO EXTREMO SUL DA BAHIA
Orientador	Herbert Toledo Martins
Campus	CPF
Area	Atividades acadêmicas (ensino/pesquisa/extensão) - ÊNFASE NA PESQUISA
Vagas	2
Email	herbert@ufsb.edu.br

Resumo do Projeto.

O projeto tem por objetivo geral desenvolver uma pesquisa articulada e coesa em torno do modo de vida dos beiradeiros, famílias de agricultores que ocupam as faixas laterais de terra de domínio da União ao longo da BR-101 em Teixeira de Freitas, BA. Como se organizam para produzir os meios de vida necessários à sua sobrevivência, à sua reprodução social? Como que eles enfrentam as dificuldades impostas pela escassez? Especificamente, pretende-se analisar as origens dessas famílias, saber do lugar de onde vieram e em que circunstâncias foram parar na beira da estrada, com o objetivo de testar a hipótese de que os Beiradeiros são produtos do desenvolvimento desigual da região do extremo sul da Bahia, na medida em que são filhos e/ou netos de ex-posseiros, colonos, meeiros, lavradores, pequenos proprietários de terra que foram expulsos da terra no período que ficou conhecido no país como modernização da agricultura. A estratégia metodológica da pesquisa recai sobre a técnica da observação participante com entrevistas em profundidade com os membros das famílias de Beiradeiros. O total de entrevista obedecerá a técnica da exaustão. O resultado esperado é o de que a hipótese avançada seja comprovada.

Atividades dos bolsistas

1. Levantamento bibliográfico e leitura: nesta atividade os bolsistas irão aprender a realizar busca de bibliografia nos principais portais disponíveis de modo a contemplar o estado das artes da temática do projeto, irão aprender a fazer fichamento e a elaborar textos acadêmicos;
2. Os bolsistas irão realizar pesquisas exploratórias visitando e conhecendo a realidade da população beiradeira, em seguida aprenderão a fazer roteiro de entrevistas e finalmente irão realizar entrevistas;
3. Os bolsistas irão aprender como realizar o tratamento das entrevistas para a elaboração do relatório final do trabalho.

Atividades semanais

1. Os bolsistas terão um cronograma de atividades de pesquisa conforme as etapas do processo de pesquisa. Nos primeiros três meses irão fazer levantamento bibliográfico e fichamento das leituras realizadas. No quarto mês subsequente irão fazer pesquisas exploratórias com a finalidade de conhecer a população beiradeira e elaborar um roteiro de entrevista afinado com os objetivos da pesquisa. No quinto e sexto mês irão fazer as entrevistas de campo. Nos meses subsequentes irão realizar o tratamento das entrevistas para a elaboração do relatório final do trabalho.

1. Introdução/Apresentação:

1. Qualificação do problema: O presente projeto tem por objetivo geral desenvolver uma pesquisa articulada e coesa em torno do modo de vida dos beiradeiros, famílias de agricultores que ocupam as faixas laterais de terra de domínio da União ao longo da BR-101 em Teixeira de Freitas, BA, e que cultivam mandioca, urucum, pimenta, mamão, milho, feijão, hortaliças e frutas diversas. Especificamente, pretende-se analisar as origens dessas famílias, saber do lugar de onde vieram e em que circunstâncias foram parar na beira da estrada. Tais famílias não estão ali acampadas, não são membros de movimentos sociais reivindicando a posse da terra, mas residem e vivem ali na beira da estrada. Moram em casas de pau-a-pique, lonas, tábuas de madeira, folha de zinco, algumas são de alvenaria. A maioria vive sem água potável, energia elétrica e banheiro dentro de casa. Trata-se, portanto, de uma população em situação de risco e extrema vulnerabilidade social. Desse modo, o objetivo geral que esse estudo pretende analisar reside no problema trivial da sobrevivência humana. Como que eles enfrentam as dificuldades impostas pela escassez? Como que eles se organizam para produzir os meios de vida necessários à sua sobrevivência, à sua reprodução social? Que tipo de “cultura de beira de estrada” se constitui no dia-a-dia desses agricultores? O segundo objetivo refere-se à trajetória de vida dessas famílias com a finalidade de testar a hipótese de que os Beiradeiros são produtos do desenvolvimento desigual da região do extremo sul da Bahia, na medida em que são filhos e/ou netos de ex-posseiros, colonos, meeiros, lavradores, pequenos proprietários de terra que foram expulsos da terra no período que ficou conhecido no país como modernização da agricultura, e que ocorreu na região nas décadas de 1970 e 1980. Neste sentido, pretende-se argumentar que os beiradeiros são uma consequência marcante da diáspora a que foram submetidos os filhos e netos de pais e avós que o processo de modernização da agricultura expulsou de suas terras.

2. Justificativa:

Parte-se aqui do pressuposto teórico de que para compreender o modo de vida dos agricultores de beira de estrada é fundamental entender a base econômica sobre a qual o grupo se apoia. De acordo com Marx & Engels (1986, p. 27), o modo como os homens produzem os seus meios de subsistência, seus meios de vida, já é uma “determinada forma de atividade dos indivíduos, determinada forma de manifestar sua vida, determinado modo de vida dos mesmos (...) O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção”. Partindo desse ponto de vista teórico, é crucial compreender e conhecer os meios de vida desses agricultores: como se dá a reprodução social dessas pessoas, como elas se organizam socialmente para satisfazer as suas necessidades básicas vitais, como elas se ajustam ao meio em que vivem, como eles interagem entre eles e com a sociedade de modo geral, como é o modo de vida desses agricultores? De acordo com Cândido (2010, p. 31), cada sociedade, cada agrupamento humano enfrenta em algum

momento de sua existência a equação entre o ajuste ao meio e a organização social necessária à subsistência. Assim, há dois ajustamentos necessários ao equilíbrio entre necessidades e recursos, a saber: “1) a descoberta de soluções que permitam explorar o meio físico para obter recursos de subsistência; 2) o estabelecimento de uma organização social compatível com elas”. Daí, portanto, o objetivo principal do presente projeto recair sobre a compreensão do modo de vida desses agricultores de beira de estrada e, para tanto, se faz necessário compreender como que esses agricultores se organizam para garantir a sua reprodução social. A partir da aplicação de 68 (n = 68) questionários da etapa quantitativa da pesquisa realizada entre setembro de 2018 e outubro de 2019, foi possível levantar uma série de informações sobre esses agricultores; e que dizem respeito à forma como se organizam para garantir o equilíbrio entre as necessidades básicas de sobrevivência e os recursos que o meio dispõe. Desse modo, foram observadas uma desigualdade e uma diversidade enorme entre os Beiradeiros no que tange aos recursos de sobrevivência que acessam. No que diz respeito ao acesso dessas pessoas à energia elétrica, 25 entrevistados informaram não haver energia na casa (36,8%), enquanto 43 (63,2%) ocupações têm alguma fonte de energia elétrica. Ou seja, há um número considerável de agricultores sem acesso à energia elétrica e que permanecem vivendo de maneira bastante precária. A coleta de água é realizada em poço ou nascente, dentro da posse, em 39 casas, 57,4%, enquanto 17 (25,0%) entrevistados buscam água fora da área da posse. Muitos que têm poço artesiano informam que retiram a água e enchem reservatório coma ajuda de bomba hidráulica, que precisa de combustível (gasolina) para funcionar. Outra informação relevante que a etapa quantitativa revelou e que desfaz o entendimento do senso comum de que se trata de pessoas absolutamente pobres e desprovidas de renda; e que ocupam essas terras por necessidade de sobrevivência, está no fato de que há moradores que recebem aposentadoria, outros possuem casas de aluguel na cidade. No entanto, é por intermédio da ocupação das terras de beira de estrada que essas pessoas têm acesso à terra para plantar, terra de trabalho (BRUMER, 2009), e dessa maneira conseguem aumentar a renda familiar. Mas há também aqueles que trabalham em suas hortas ou lavouras, mas paralelamente fazem bico na cidade para ganharem algum dinheiro e moram na beira da estrada por não terem outro lugar. Há agricultores que consegue comercializar a produção de suas terras, sobretudo, mandioca, urucum, frutas e hortaliças, ao passo que há muitos que não possuem nenhum roçado ou mesmo horta próxima da moradia. E que não se sabe até o momento com que meios essas famílias sobrevivem. Perguntamos há quanto tempo residem na estrada e as respostas nos surpreenderam. Havia pessoas com apenas 60 dias, mas 21 pessoas afirmam estarem ali há mais de 10 anos, a maioria 30,9%. A entrevistada n.º 25 conta que já mora ali há uns 30 anos, que veio de Itajuípe, BA, porque “as coisas estavam difíceis” e que não havia nem asfalto. “A gente ajudava nos acidentes, tapava buracos com terra pra ganhar um trocado dos motoristas!”. Todos os 7 filhos nasceram ali, o mais velho já conta com 27 anos de idade (COSTA, 2020, p. 69). Os dados revelam que é grande o número de pessoas que nasceram em cidades do extremo sul baiano. Dos 68 entrevistados, 41 (60,29%) informaram que têm origem em municípios do extremo sul baiano, somando-se ainda 8 pessoas que nasceram em cidades da região sul da Bahia, temos um total de 72,05% de pessoas oriundas no sul da Bahia. Infere-se desses dados que não se trata, portanto, de um movimento migratório, a maioria dos beiradeiros da pesquisa são pessoas são oriundas e muito provavelmente sofreram as consequências dos processos de desenvolvimento econômico e social do extremo sul da Bahia, o que reforça a hipótese da presente pesquisa. Para além das desigualdades e diversidades existentes entre os agricultores, registra-se a presença de uma conflitualidade imanente nas relações entre agricultores e os fazendeiros cujas propriedades lindeiras fazem divisa com os beiradeiros. A conflitualidade aqui é concebida como um conjunto de conflitos que faz parte do cotidiano dessa população (FERNANDES, 2014). Na perspectiva de Simmel (1983), o conflito “pode não só elevar a concentração de uma unidade já existente, eliminando radicalmente todos os elementos que possam obscurecer a clareza de seus limites com o inimigo, como também pode aproximar pessoas e grupos, que de outra maneira não teriam qualquer relação entre si” (SIMMEL, 1983, p. 157). Não são todos os fazendeiros

que concordam com as ocupações de terras em frente às suas fazendas. Nesses casos não há cooperação alguma e tudo o que o fazendeiro puder fazer para prejudicar ou dificultar a vida dos moradores será feito. Uma maneira de prejudicar os agricultores de beira de estrada é por intermédio da aplicação de defensivos agrícolas na plantação do eucalipto, cuja proximidade com as casas expõe seus moradores ao contato com o defensivo, além da penetração do mesmo no solo contaminando os lençóis freáticos que abastecem as moradias daqueles cujo acesso à água é feito por cisternas. Outra forma de os fazendeiros “expulsarem” essas famílias é avançando a cerca de suas propriedades até o limite da rodovia. Nesses casos, são os fazendeiros que ocupam as terras de domínio da União, não permitindo dessa maneira que as mesmas sejam ocupadas por agricultores de beira de estrada. No entanto, não é em todos os casos que prevalece o conflito entre fazendeiros e as famílias de agricultores de beira de estrada. Há também casos de cooperação. São poucos, mas existem. Como afirmou Cooley (apud COSER, 1961, p. 17) “quanto mais se pensa nele, mais claramente se observa que não se pode separar o conflito e a cooperação, pois são fases de um mesmo processo que sempre inclui algo de ambos”. Mas seja como for, a única maneira de se conseguir energia elétrica é por intermédio da colaboração do fazendeiro vizinho. Do ponto de vista da organização social desses agricultores muitas foram as questões e problemas que as visitas levantaram. Entre eles ressalta-se a vulnerabilidade social das famílias dos agricultores em tela, o que nos remete diretamente para o campo das políticas públicas e da cidadania. De acordo com Katzman (2005), vulnerabilidade não é o mesmo que pobreza, mas a inclui. Esta última diz respeito a uma situação de carência efetiva e atual, enquanto a vulnerabilidade transcende esta condição projetando para o futuro a possibilidade de o indivíduo padecer a partir de certas debilidades que se constatam no presente (KATZMAN, 2005, p. 04). Para Busso (2001) a noção de vulnerabilidade é multidimensional e diz respeito ao risco ou à probabilidade do indivíduo, lugar ou comunidade de ser ferido, lesionado ou danificado diante de mudanças ou permanências de situações externas e/ou internas. De um modo geral, o debate sobre a noção de vulnerabilidade social vem acompanhado da noção de pobreza e exclusão social, dada as inter-relações entre tais noções. Embora a pobreza não possa ser definida de uma única forma, ela se torna evidente quando o indivíduo não é capaz de gerar renda o suficiente para ter acesso permanente aos recursos básicos que garantam uma qualidade de vida digna. De acordo com Yasbek (2003, apud GOMES & PEREIRA, 2005, p. 359), “são pobres aqueles que, de modo temporário ou permanente, não têm acesso a um mínimo de bens e recursos sendo, portanto, excluídos em graus diferenciados da riqueza social”. Já a noção de exclusão social diz respeito à situação e pobreza, posto que nesta situação os indivíduos se encontram em risco pessoal e social, ou seja, estão excluídos das políticas sociais básicas: trabalho, educação, saúde, habitação e alimentação. Estas noções além de situar o campo teórico em que o objeto da pesquisa se localiza refletem com acuidade a real situação dos agricultores de beira de estrada. Ou seja, são indivíduos pobres que vivem em situação de vulnerabilidade social e estão excluídos da cidadania. Complementando o quadro do referencial teórico ao qual o presente projeto insere-se é necessário convocar a literatura a respeito da questão agrária brasileira. De acordo com Silva (1981, p. 05), a questão agrária diz respeito “às transformações nas relações sociais e trabalhistas de produção: como se produz, de que forma se produz”. Em outras palavras, a questão agrária está ligada diretamente ao modo como o país tem conseguido aumentar a sua produção agropecuária e, dessa maneira, sustentar o crescimento econômico e industrial. Na década de 1960, o debate sobre a questão agrária vinculava-se aos rumos da industrialização brasileira. A pergunta que se fazia naquela época era se diante do atraso da agricultura brasileira haveria condições objetivas de sustentar a industrialização do país. No entanto, a partir do final dos anos de 1960 o país entrou numa fase de crescimento acelerado da economia, o chamado “milagre brasileiro”, e o debate sobre a questão agrária praticamente desaparece. Concomitante ao período do milagre, desde o início da década de 1960 e avançando na década de 1970 a agricultura sofria um processo de transformação conhecido por modernização também chamada de industrialização da agricultura (SILVA, 1981), modernização conservadora (GUIMARÃES, 1977), ou

modernização da agricultura (WANDERLEY, 2014). Basicamente, esse processo significou que as atividades agrícolas estariam subordinadas ao capital financeiro e industrial que dominam o setor, o que foi entendido como “adoção de máquinas, equipamentos e insumos de origem industrial nos processos da produção agrícola” (WANDERLEY, 2014, p. S028), cujo sentido era elevar a produtividade do trabalho no campo. Isso é feito a partir da expansão da empresa capitalista no campo com a intensificação da produção agropecuária por intermédio de produtos da sua indústria: adubos, máquinas, equipamentos, defensivos químicos, irrigação, melhoria tecnológica das sementes, etc. A consequência dessa expansão foi a destruição de “milhares de pequenas unidades de produção, onde o trabalhador rural obtinha não apenas parte da sua própria alimentação, como também alguns produtos que vendia nas cidades. É essa mesma expansão que transformou o colono em bóia-fria, que agravou os conflitos entre grileiros e posseiros, fazendeiros e índios, e que concentrou ainda mais a propriedade da terra” (SILVA, 1981, p. 05). Todas as regiões do país nas décadas de 1960 e 1970 foram, de alguma forma, afetadas pelo processo de modernização do campo e pelas políticas desenvolvimentistas em curso que incentivam a industrialização do país à época, com milhares de trabalhadores sendo expulsos das terras que ocupavam. As consequências desse processo foram a expulsão massiva dos camponeses residentes no interior das grandes propriedades, que passaram a ser contratados apenas nos momentos de necessidade de trabalho, como na plantação ou na época da colheita. Com diferenças regionais acentuadas, esse processo ocorreu praticamente em todo o território nacional. E não foi diferente na região do extremo sul da Bahia, que, no início dos anos de 1970, se integrava de maneira mais efetiva à região sudeste por intermédio da pavimentação da BR-101. E os beiradeiros constituem-se em produto desse desenvolvimento desigual, a hipótese que se pretende testar. Dessa maneira, o país entra na década de 1980 com milhares de trabalhadores expulsos do campo. E sem o recurso da produção de subsistência, o trabalhador, “expulso do campo, perde os pressupostos mínimos da condição camponesa e passa a viver nas periferias degradadas das cidades, de onde procura ocupação, agora, sem nenhum vínculo, nas colheitas que se sucedem ao longo do ano, num amplo espaço que pode ser, inclusive, inter-regional” (WANDERLEY, 2014, p. 28). Em resposta a esta situação em 1984 é criado o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), que com o fortalecimento da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) “reinscrevem no debate da sociedade, a atualidade da questão fundiária e a pertinência das lutas pela terra pelos camponeses expropriados ou com pouca terra” (WANDERLEY, 2014, p. 29). Nos anos de 1990, os “sem terra” e os agricultores familiares são os protagonistas da questão e da luta pela reforma agrária no país. Ao longo dessa década e entrando nas primeiras décadas do século XXI, o MST “foi progressivamente se impondo como porta voz da demanda por reforma agrária no Brasil e abrindo espaços de negociação com os poderes públicos” (MEDEIROS, 2001, p. 110). De acordo com Sigaud (2009, p. 53), na ausência de uma política de reforma agrária consistente “ocupar terras e nelas montar acampamentos tornou-se, nos últimos vinte anos, a forma apropriada para reivindicar a reforma agrária no Brasil”. Para a autora, o Estado tem conferido legitimidade aos movimentos que reivindicam terras ao desapropriar fazendas ocupadas e redistribuir depois de um tempo as terras entre aqueles que se encontram acampados. A reforma agrária no Brasil tem ocorrido não em virtude de uma política tópica ou massiva do Estado, mas em virtude dos movimentos fornecerem as “diretrizes para a política do Estado brasileiro em relação à questão fundiária: as fazendas desapropriadas são aquelas que foram ocupadas” (SIGAUD, 2009, p. 68). Desse modo, a referência à literatura sobre a questão agrária é importante no contexto do presente trabalho, em virtude de os beiradeiros estar inseridos no universo rural brasileiro. Afinal, são homens e mulheres que de certa forma sobrevivem daquilo que tiram da terra.

3. Objetivo Geral:

Desenvolver uma pesquisa articulada e coesa em torno da investigação do modo de vida dos Beiradeiros.

3.1 Objetivos Específicos:

Testar a hipótese de que os Beiradeiros são uma consequência da diáspora provocada pelo processo de modernização da agricultura no extremo sul da Bahia.

4. Metodologia:

A execução do presente projeto seguirá as normas determinadas pelo Comitê de Ética Humana (CEP-UFSB). O projeto já foi cadastrado na Plataforma Brasil e aguarda análise da documentação para a consequente submissão ao referido Comitê. Neste sentido, nas entrevistas que serão realizadas será apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para que cada entrevistado tome conhecimento dos objetivos da pesquisa e da sua participação. A metodologia de execução deste programa de pesquisa tem dois grandes eixos que conduzem várias atividades. O primeiro eixo, de natureza quantitativa, recaiu sobre a aplicação de um questionário sócio demográfico que nos apontou com mais acuidade o perfil e a quantidade exata de pessoas e famílias que vivem nas faixas de terra ao longo da BR-101 no município de Teixeira de Freitas, BA. Este primeiro eixo da pesquisa foi concluído em outubro de 2019. Foram aplicados 68 questionários e tabulados em um banco de dados que está à disposição dos pesquisadores. Portanto, esta etapa da pesquisa já foi cumprida, restando agora o segundo eixo da pesquisa, a imersão qualitativa. Segundo eixo: O segundo eixo refere-se à execução da pesquisa qualitativa com ênfase na técnica da etnografia. Nesta fase de operacionalização da pesquisa e seguindo os ensinamentos de Malinowski (196, p. 29s), pretende-se inicialmente criar as condições adequadas para o trabalho. A condição primordial para o autor é “viver realmente entre os nativos”. Não obstante a impossibilidade de atender plenamente a esta condição em virtude da profissão e de compromissos familiares, o importante é conviver o máximo possível com os nativos, no caso, os beiradeiros, observando-os a “cultivar suas roças”, ouvindo-os falar sobre suas crenças, ou “discutindo seus costumes”. Na impossibilidade de realmente “viver entre os nativos”, o importante é o pesquisador manter uma regularidade nas suas visitas e mais do que isso, que a sua presença seja algo natural para os agricultores. No caso específico da pesquisa em tela, as visitas deverão centrar em determinadas famílias ou conjunto de famílias, posto que não vivem em formato de aldeia, mas, digamos, isoladas uma das outras pelas distâncias de suas terras. No entanto, há localidades onde as casas estão mais próximas, seja devido ao acesso à água ou à energia elétrica, mas também devido às relações de parentesco, amizade ou compadrio. Assim, estas famílias informantes-chaves, locus privilegiado da pesquisa etnográfica. A partir de visitas frequentes pretende-se conhecer a história de vida dessas pessoas, sobretudo, o passado de seus pais, o que eles faziam, onde moravam. No caso de algum dos pesquisados revelar que os pais ou avós eram posseiros, ou colonos, ou meeiros, ou pequenos proprietários de terra em outra região da Bahia seguiremos em caravana até o local para conhecer e, se possível, conversar com as pessoas. Aqui reside um cálculo geracional baseado nas idades das pessoas. Entre os beiradeiros pesquisados há 9 (13,23%) pessoas entre 42 a 50 anos; 14 (20,58%) pessoas entre 51 e 60 anos, e 12 (17,6%) pessoas acima de 60 anos, o que nos permite pensar que pessoas com 50 anos nasceram exatamente na década de 1970, época do início do processo de modernização da agricultura no extremo sul da Bahia, cujo marco foi a pavimentação asfáltica da BR-101. Na medida do possível pretende-se participar das atividades cotidianas dos Beiradeiros, para que se possa “acordar” junto com eles e “enfrentar um dia mais ou menos semelhante ao do nativo”. Ao mesmo tempo, ter a oportunidade de “ver detalhes íntimos da vida familiar, da toailete, da cozinha, da realização das refeições”. Manter a regularidade das visitas será um desafio da pesquisa, pois somente com o tempo a presença do pesquisador deixa de ser “um elemento perturbador” que altera a vida das pessoas. No transcorrer

da pesquisa, é importante os agricultores saberem que o pesquisador estará interessado em tudo, que tudo quer saber e perguntar. Até mesmo as disputas e possíveis conflitos com os fazendeiros ou com outro agricultor, casos de doenças, rituais religiosos, tudo será importante para o pesquisador. Ainda na esteira dos ensinamentos de Malinowski (1986), entende-se que o etnógrafo de campo deve cobrir de modo sério e sóbrio toda a extensão dos fenômenos em cada aspecto da vida tribal (...) deve pesquisar, ao mesmo tempo, toda cultura tribal, na totalidade de seus aspectos. A consistência, a lei e a ordem que descobrimos em cada um desses aspectos contribuem para reuni-los em um todo coerente. Um etnógrafo que se proponha estudar apenas a religião, ou a tecnologia, ou unicamente a organização social de uma tribo, recorta da realidade um campo artificial de estudos e prejudicará seriamente o seu trabalho (MALINOWSKI, 1986, p.34). Ao etnógrafo de campo interessado em desvendar a totalidade de uma cultura, é preciso compreender e descrever as “regularidades da vida tribal, tudo o que é permanente e fixo; descrever a anatomia de sua cultura, retratar a constituição de sua sociedade” (MALINOWSKI, 1986, p.34). No entanto, ocorre que regularidades não estão inscritas em códigos ou explicitamente estabelecidas, mas, incorporadas como “hábitos” e a eles os nativos obedecem automaticamente. Os nativos sabem o que deve fazer, mas não têm consciência do todo, da totalidade. Cabe ao etnógrafo de campo coletar evidências concretas e formular inferências gerais. A esta dificuldade específica do trabalho do etnógrafo a instituição do Kula é um bom exemplo. O nativo sabe o que deve fazer e como agir, mas ele não tem consciência do todo, de que as suas ações reproduzem o Kula, ao mesmo tempo em que reproduz toda a sociedade. Desse modo, tendo em vista os ensinamentos de Malinowski (1986), pretende-se ao longo dos próximos anos realizar um trabalho de imersão na vida cotidiana dos agricultores em tela. Afinal, como afirma Valladares (2007), observação participante, implica, necessariamente, um processo longo. E para tanto contribuirá imensamente as orientações de Mestrado no PPGES e os Trabalhos de Conclusão de Curso no Bacharelado Interdisciplinar de Humanidades do Centro Paulo Freire da UFSB, e as orientações no PPGES/UFSB.

5. Resultados Esperados:

O primeiro produto ou resultado específico esperado se traduz no Banco de Dados sobre os agricultores de beira de estrada objeto desta pesquisa. O segundo produto é decorrente do primeiro, é a dissertação de Mestrado de Oneide de Andrade da Costa, com título de: À beira da vida: vulnerabilidade social dos beiradeiros do extremo sul da Bahia, Brasil, defendida em 30 de março de 2020, sob a orientação deste pesquisador. O terceiro produto é o seminário de apresentação e divulgação dos dados da pesquisa no âmbito do PPGES/UFSB e do Campus Paulo Freire. O quarto produto é a conclusão e defesa dois Trabalhos de Conclusão de Curso no âmbito do bacharelado Interdisciplinar de Humanidades. Além desses produtos, espera-se a publicação de um livro e diversos artigos em congressos nacionais e internacionais, bem como a formação de diversos discentes da UFSB. O fortalecimento da produtividade do PPGES/UFSB é o caminho mais seguro para a sua internacionalização.

6. Referências:

BRUMER, Anita. Considerações sobre uma década de lutas sociais no campo no extremo sul do Brasil (1978-88). In: Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (orgs.). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF, 2009. Pg. 33-52. BUSSO, Gustavo. Vulnerabilidad Social: Nociones e Implicancias de Políticas para Latinoamerica a inicios del Siglo XXI. Seminario Internacional “Las Diferentes expresiones de la Vulnerabilidad Social en América Latina y el Caribe”, Santiago de Chile, 20 y 21 Junio 2001. Acessar em <https://www.cepal.org/publicaciones/xml/3/8283/GBusso.pdf> Acessado em dezembro de

2017. CANDIDO, Antônio. Os parceiros do Rio Bonito. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

COSTA, Oneide de Andrade. À beira da vida: vulnerabilidade social dos beiradeiros do extremo sul da Bahia, Brasil. Universidade Federal do Sul da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade, [Dissertação de Mestrado], Porto Seguro, março de 2020.

COSER, Lewis A. Las Funciones del Conflicto Social. México: Fondo de Cultura Económica, 1961.

DURHAM, Eunice Ribeiro (Org). Bronislaw Malinowski. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1986.

DURKHEIM, Emile. As Formas Elementares da Vida Religiosa. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano, Conflitualidades, reforma agrária e desenvolvimento. CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-10, jun., 2014.

GIRARDI, Eduardo Paulon e FERNANDES, Bernardo Mançano. Geografia da conflitualidade no campo brasileiro. In: Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (orgs.). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF, 2009. Pg. 339 – 366.

GOMES; Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. Revista Ciência & Saúde Coletiva. 10(2): 357-363, 2005.

GUIMARÃES, Alberto Passos. O complexo agroindustrial. Revista Reforma Agrária, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.

KAZTMAN, Ruben. Seducidos y abandonados: el aislamiento Social de los pobres urbanos. CEPAL, nº75, Dez/2001.

MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução: o assunto, o método e o objetivo desta investigação. In: DURHAM, Eunice Ribeiro (Org). Bronislaw Malinowski. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1986.

MARX, Karl; ENGELS, F. A Ideologia Alemã (Feuerbach). São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. “Sem Terra”, “Assentados”, “Agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido. Acessar em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2263/2384> Acessado em setembro de 2017.

SIGAUD, Lygia. A Engrenagem das Ocupações de Terra. In: Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (orgs.). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF, 2009. Pg. 53 72.

SILVA, José Graziano da. O que é Questão Agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SIMMEL, Georg. Conflito e estrutura de grupo. In: Evaristo de Moraes Filho (Org.) Georg Simmel. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983.

VALLADARES, Lúcia. Os dez mandamentos da observação participante. Revista Brasileira de Ciências Sociais - vol. 22 nº. 63, 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014.